

“Presidiários têm o que merecem?”: Crenças no mundo justo e atitudes em relação às pessoas em cárcere

Thiago Aguiar de Oliveira

João Gabriel Modesto

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivos apresentar evidências de validade da escala de atitudes referentes à população carcerária (EAPC) e estimar a magnitude da influência das Crenças no Mundo Justo (CMJ) nessa atitude. Formulou-se como hipótese que maiores índices de CMJ influenciariam atitudes mais negativas. Participaram da pesquisa 418 pessoas, sendo 73,20% do sexo feminino, idade média de 25 anos ($DP = 9,21$), com escolaridade superior incompleta (51,7%), sendo que a maioria da amostra já teve contato com o cárcere (51,90%). A EAPC foi adaptada e aplicada com medidas de CMJ (Global e Pessoal). A versão adaptada da EAPC apresentou estrutura unifatorial com índices satisfatórios de confiabilidade ($\alpha = 0,93$). Por meio da EAPC, observou-se atitudes ligeiramente positivas em relação às pessoas no cárcere na amostra investigada. Os fatores de escolaridade e CMJ Pessoal apresentaram-se como preditores das atitudes. Discute-se o impacto da escolarização e da CMJ como variáveis relevantes para compreensão das atitudes ante as pessoas no cárcere.

Palavras-chave: crenças do mundo justo; atitudes; pessoas em cárcere.

ABSTRACT

“Do prisoners get what they deserve?”: Belief in a just world and attitude toward prisoners

The present study aimed to present valid evidence for the Attitudes Toward Prisoners Scale (ATPS) and to estimate the influence's magnitude of Belief in a Just World (BJW) in this attitude. We hypothesized that higher BJW rates would influence negative attitudes. The sample consisted of 418 people, 73.20% female (73.20%), a mean age of 25 years ($SD = 9.21$), with incomplete higher education (51.7%); most of the sample has already had contact with jail (51.90%). The ATPS was adapted and applied with BJW measures (Global and Personal). The adapted version of the ATPS presented a single-factor structure with satisfactory levels of reliability ($\alpha = .93$). ATPS mean scores suggested slightly positive attitudes toward prisoners in the sample. Schooling degree and Personal BJW predicted attitudes. The impact of schooling degree and BJW are discussed as relevant variables for understanding attitudes towards people in prison.

Keywords: Belief in a Just World; Attitudes; Prisoners.

Houve, de 2006 a 2016, um crescimento de 60,98% da população carcerária brasileira, indo de 451.429 pessoas para 726.712, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Tais dados posicionam o Brasil como a terceira maior população carcerária do mundo. Esse crescimento é alarmante, tendo em vista que o sistema carcerário brasileiro está com quase o dobro da sua taxa de ocupação permitida (Brasil, 2017). Dentre diferentes aspectos que podem ser analisados para explicar esse crescimento, estão a não adesão às medidas correcionais propostas e as deficiências do sistema em reeducar e reinserir na sociedade as pessoas em conflito com a lei, favorecendo a exclusão social desse grupo. Nesse sentido, buscando analisar aspectos psicossociais que perpassam a exclusão desse grupo, no

Sobre os autores

T. A. O.

<http://orcid.org/0000-0002-7772-6622>

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) – Brasília, DF
ooliver.sc@gmail.com

J. G. M.

<https://orcid.org/0000-0001-8957-7233>

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) – Brasília, DF
Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Formosa, GO
joao.modesto@ueg.br

Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



presente estudo, serão investigadas as atitudes das pessoas em relação à população carcerária, tendo como objetivo estimar a magnitude da influência das crenças no mundo justo na atitude para com pessoas em situação de cárcere.

Desde os primeiros registros de legislação de pena, passando pela criação das penas privativas de liberdade e as convenções elaboradas no século XX, que preveem regras e diretrizes de trabalho no sistema carcerário, é possível constatar que os objetivos estipulados para o sistema carcerário não são cumpridos (Adorno, 1991; Alvim & Oliveira, 2014; Argôlo, 2015; Bittencourt, 2017; Penha, 2018; Ramos, 2017; Silva, 2009). O Brasil tem um sistema carcerário falho, com superlotação de prisioneiros. Além disso, as condições e estruturas materiais são degradantes e existe um número baixo de profissionais para atender adequadamente as demandas do sistema (Valente, 2018).

A taxa de ocupação do sistema penitenciário brasileiro, no ano de 2016, era de 197,4%, quase o dobro da capacidade máxima permitida. Outros dados chamam a atenção, a título de ilustração sobre a realidade nacional, tais como: a maior taxa de concentração de presos está no estado de São Paulo, com 240.061, representando 33% da população nacional, enquanto a maior taxa de ocupação encontra-se no estado do Amazonas, com 483,9% de taxa de ocupação, mais do que o dobro da média nacional (Brasil, 2017).

Chama atenção também, além dos dados sobre superlotação, a precarização do sistema carcerário, tendo em vista os baixos investimentos, o percentual racial de prisioneiros, a falta de assistência jurídica, social, de saúde, bem como o processo de educação que é quase inexistente (Assis, 2008). Sobre a prestação de assistência jurídico e social, o que pode ser observado é um sistema deficitário e lento. Nesse sentido, as necessidades dos prisioneiros não tendem a ser atendidas (Argôlo, 2015). Com base nesses dados, é possível evidenciar o grave quadro do sistema penitenciário brasileiro e o seu potencial impacto para a reinserção e ressocialização dos detentos.

Além dos desafios inerentes ao sistema carcerário, (ex-)detentos ainda tendem a enfrentar uma série de preconceitos (Kjelsberg et al., 2007), o que indica a necessidade de que sejam compreendidos aspectos que extrapolam o sistema carcerário e que se situam no âmbito da percepção social e formação de atitudes dos indivíduos para com os ingressos e egressos do cárcere. Acreditamos ser relevante a investigação sobre as atitudes nesse contexto, tendo em vista que se configuram como um importante construto para compreensão do preconceito (Allport, 1954) e, por conseguinte, da exclusão social.

ATITUDES

As atitudes são formas de avaliar o mundo, pessoas, objetos ou ideias que tendem a influenciar o que fazemos. Observa-se que o conceito de atitude gira em torno de três principais aspectos: (1) as atitudes podem ser entendidas como experiências subjetivas que adquirem significado por meio da aprendizagem da história do indivíduo ou de um grupo, (2) elas são atribuídas a um objeto, a uma pessoa ou a uma situação e (3) incluem um aspecto avaliativo (Porto, 2010).

O construto de atitudes é muito utilizado em estudos acadêmicos e, após uma breve investigação nas bases indexadoras, como a plataforma CAPES, observou-se que essa temática tem mais de 4330 publicações nos últimos cinco anos (2015-2019), sendo muitos desses estudos realizados no âmbito das Ciências Sociais e da Psicologia e investigados a partir da Teoria do Comportamento Planejado (TCP; Ajzen, 1985).

A TCP propõe que as intenções comportamentais são estabelecidas por três construtos independentes, que são: a atitude em relação ao comportamento, a norma subjetiva e o controle do comportamento percebido. Nesse sentido, a teoria realça a importância das atitudes como um elemento preditor do comportamento (Heidemann et al., 2012).

Para a TCP, a atitude leva em consideração a avaliação realizada em relação a um comportamento específico, sendo que essa avaliação, que pode ser positiva ou negativa, é um dos preditores das intenções comportamentais. A norma subjetiva diz respeito à pressão social para a manifestação ou não de um determinado comportamento, ou seja, a percepção do sujeito a respeito dessa pressão social. Por fim, o grau de controle comportamental percebido relaciona-se à percepção de poder para executar um comportamento desejado, isto é, a dificuldade ou facilidade na execução de um comportamento específico (Moutinho & Roazzi, 2010).

Ressalta-se que, até onde encontramos na literatura nacional, não existem trabalhos sobre as atitudes das pessoas em relação à população carcerária. Já no contexto internacional, alguns estudos foram identificados. Dentre estes, destaca-se o realizado por Melvin et al. (1985), de construção e validação da *Scale to Measure Attitudes toward Prisoners* (Escala de Atitudes em Relação aos Prisioneiros) no contexto estadunidense. O estudo de Melvin et al. (1985) partiu da ideia que as atitudes que as pessoas têm em relação às pessoas em cárcere podem influenciar o modo de funcionamento dos presídios, as políticas públicas desenvolvidas e aplicadas na área e a postura das autoridades para com esse público. Ainda, essas atitudes também poderiam influenciar a interação dos agentes da justiça criminal (i.e., policiais, agentes penitenciários, agentes de condicionais) com as pessoas em conflito com a lei, bem como ter um reflexo no comportamento e reeducação dos indivíduos em cárcere.

Para avaliar tal fenômeno, foi desenvolvida então a escala de Atitudes em Relação aos Prisioneiros.

A medida vem sendo utilizada em diferentes estudos (Ortet-Fabregat et al., 1993; Kjelsberg et al., 2007; Sahlstrom & Jeglic, 2008; Park, 2009), sendo que, de modo geral, percebeu-se uma relação entre atitudes positivas em relação aos prisioneiros e a melhora e efetividade de tratamento psicológico deles, principalmente de criminosos sexuais (Sahlstrom & Jeglic, 2008). Verificou-se ainda que profissionais que trabalham com reabilitação de prisioneiros apresentam uma atitude mais positiva que policiais e agentes penitenciários (Melvin et al., 1985; Ortega-Fabregat et al., 1993), que o estigma atribuído às pessoas que passaram pelo cárcere pode ter impacto no seu processo de reintegração e reabilitação (Kjelsberg et al., 2007), e, por fim, que alguns fatores, como o nível de escolaridade e as crenças religiosas, também têm impacto nas atitudes em relação ao público carcerário (Park, 2009).

TEORIA DO MUNDO JUSTO

Uma vez que as atitudes dos indivíduos podem ter um impacto negativo nas pessoas em cárcere bem como nos egredos do sistema de justiça, é importante compreender como se desenvolvem essas atitudes. Dentre diferentes variáveis que podem impactar nessas atitudes, optamos por investigar as Crenças no Mundo Justo (CMJ), conceito derivado da Teoria do Mundo Justo proposta por Lerner (1980).

A CMJ é uma crença, que pode ser ou não acessível à consciência (Hafer, 2000; Lerner & Goldberg, 1999; Modesto & Pilati, 2015), de que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm (Lerner, 1980). Tal crença funciona como uma espécie de mecanismo essencial para manutenção do bem-estar psicológico, pois permite uma vivência mais confiante, contribuindo com o bem-estar geral do indivíduo (Dalbert, 1999; Modesto et al., 2017; Sutton & Winnard, 2007) que tem levado ao desenvolvimento de medidas para sua mensuração. O presente artigo tem como objetivo apresentar evidências de validade de uma versão adaptada da Escala Pessoal de CMJ (CMJ-P). No mundo em que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm, a previsibilidade de tais fatos gera a sensação de segurança psicológica (Wachelke et al., 2017).

Correia (2000) pontua que o desenvolvimento da CMJ ocorre desde a infância, quando a criança passa a viver pelo princípio da realidade ao invés do princípio do prazer. Isso leva a criança a ser capaz de abrir mão de uma recompensa imediata para conseguir uma recompensa posterior (Hafer, 2000b; Hafer & Rubel, 2015). Afinal, de acordo com os autores, para fazer investimentos a longo prazo, a pessoa precisa acreditar que, se merecer o que pretende (pressuposto da CMJ), ela será recompensada no futuro.

A literatura tem apontado a existência de duas dimensões da CMJ: pessoal e global (Bègue & Bastounis, 2003; Dalbert, 1999; Lipkus et al., 1996). A CMJ pessoal diz respeito a um indivíduo acreditar que, se ele agir de maneira correta ou socialmente aceita, ele será agraciado com coisas boas. Essa crença é dirigida à percepção de justiça para com a vida do próprio indivíduo. Já a CMJ global refere-se à avaliação global desse aspecto de justiça, sendo direcionada para o meio social. Essa diferenciação mostra-se necessária devido ao fato de serem processos diferentes que explicam fenômenos distintos (Testé & Perrin, 2013).

A CMJ pessoal assemelha-se a um recurso de adaptação que visa à manutenção da saúde mental, pois, quanto mais se acredita que o mundo pessoal é justo, previsível e coerente, maiores são os níveis de autoestima e bem-estar psicológico do indivíduo (Modesto et al., 2017) que tem levado ao desenvolvimento de medidas para sua mensuração. O presente artigo tem como objetivo apresentar evidências de validade de uma versão adaptada da Escala Pessoal de CMJ (CMJ-P). Já a CMJ global tende a se relacionar com fenômenos de valência negativa. Já que o mundo é percebido de maneira justa, mostra-se necessário, para não haver uma dissonância cognitiva e incongruência psicológica, que as pessoas mereçam as consequências negativas que vivenciam, tendendo, dessa forma, a serem culpabilizadas e desvalorizadas (Bizer et al., 2012; Ebneter et al., 2011; Hafer, & Sutton, 2016; Keller & Siegrist, 2010).

Segundo Lerner (1980), a CMJ possui alguns mecanismos de manutenção, para evitar que essa crença seja eliminada, o que pode contribuir com a formação de certas atitudes. Tais mecanismos funcionam de maneira racional e irracional. As estratégias racionais são aquelas em que o sujeito procura diminuir o sentimento de injustiça sofrida pela vítima, por meio de auxílio às vítimas ou a grupos desfavorecidos. Essa estratégia racional ocorre quando o sujeito possui meios para auxiliar a diminuir o sofrimento da vítima. Quando o indivíduo não possui meios para diminuir esse sofrimento, ele pode tentar aliviar o seu próprio sofrimento, utilizando de estratégias iracionais, de maneira a pensar que não houve injustiças no caso observado (Correia, 2000).

Dessa forma, algumas das estratégias, consideradas iracionais, seriam: desvalorização da vítima, culpabilização da vítima ou a negação do seu sofrimento. A desvalorização da vítima ocorre quando, pelo caráter ou posição social, ela é considerada merecedora de seu sofrimento e lhe é atribuída uma responsabilidade moral pelo ocorrido. A culpabilização é demonstrada nos casos em que a causa do sofrimento é atribuída aos comportamentos da vítima, sendo a ela atribuída uma responsabilidade comportamental pelo ocorrido. Isso seria uma forma de achar explicação para o que aconteceu com a vítima. E, por fim, a negação do sofrimento da vítima re-

fere-se à tendência a evitar tomar conhecimento de situações chocantes que tem potencial para causar uma dissonância cognitiva e ameaçar a CMJ, como, por exemplo, no caso de pessoas que vivem em extrema miséria ou que são violentadas (Barbosa, 2015).

Modesto e Pilati (2017) realizaram um estudo que tinha por objetivo investigar a influência da categoria social da vítima na relação entre CMJ e responsabilização. Os autores verificaram que os membros exogrupo (usuários de crack) foram mais responsabilizados do que os membros do endogrupo (estudantes), o que pode ser entendido pelo fato de que pessoas alvo de preconceito e estereótipos negativos podem ser percebidas como fora do escopo da justiça (Lima-Nunes, Correia, et al., 2013; Lima-Nunes, Pereira, et al., 2013). Adicionalmente, foi encontrado que a CMJ predisse os índices de responsabilização independente da categoria avaliada. Tal estudo, desenvolvido no contexto brasileiro, evidencia que a CMJ pode influenciar a percepção social em relação a grupos alvo de preconceito. Acreditamos, portanto, que o construto pode auxiliar na compreensão da formação das atitudes em relação às pessoas em situação de cárcere.

Considerando que as pessoas em situação de cárcere são alvo de preconceitos e estereótipos, sendo então percebidas como fora do escopo da justiça, a presente pesquisa tem como objetivo principal estimar a magnitude da influência das crenças no mundo na atitude em relação às pessoas em situação de cárcere. Ressalta-se que, até onde foi encontrado na literatura nacional, não foi identificada nenhuma escala que avaliasse atitudes dos indivíduos em relação à população carcerária. Então, para alcançar o objetivo principal, foi necessário realizar a adaptação e apresentar evidências de validade de um instrumento que permita analisar essas atitudes, o que se configurou como objetivo específico do estudo. Formulou-se como hipótese que maiores índices de CMJ vão influenciar uma atitude mais negativa em relação a essa população, uma vez que essa atitude negativa tende a ir ao encontro da postura de responsabilizar e culpabilizar os indivíduos pelas situações em que eles se encontram, desacreditando a possibilidade de mudança.

MÉTODO

PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa 418 pessoas. Os participantes foram predominantemente mulheres (73,20%). As idades variaram de 18 a 74 anos ($M = 25,08$; $DP = 9,21$). O nível de escolaridade variou de ensino fundamental incompleto até pós-graduação, sendo a maioria com o Ensino Superior Incompleto (51,7%), seguido por Superior Completo (17%) e Ensino Médio Completo (15,3%). Da amostra total, 51,90% dos

respondentes informaram que já estiveram ou já tiveram alguma pessoa próxima em situação de cárcere.

INSTRUMENTOS

Escala de atitudes referentes à população carcerária (EAPC): Como não existem medidas sobre atitudes em relação à população carcerária no contexto brasileiro, foi realizada a adaptação da escala construída por Melvin et al. (1985). A EAPC é composta por 36 itens, que devem ser respondidos em escala Likert de cinco pontos, onde 1= discordo fortemente e 5= concordo fortemente. A escala é composta por 19 itens negativos e 17 itens positivos. Após reverter as pontuações dos itens negativos, as pontuações de todos os itens são somadas. Uma constante de 36 é subtraída das pontuações totais, dando uma faixa potencial de pontuação de 0 a 144. A escala, na presente pesquisa, foi submetida a um processo de tradução e retrotradução (Hambleton & Zenisky, 2011), em que, num primeiro momento, foi feita a tradução da escala do inglês para o português, e, posteriormente, foi realizada a tradução do português para o inglês por tradutores independentes fluentes em português e inglês. A medida original e a retrotraduzida foram comparadas pelos autores do presente estudo, tendo sido realizados ajustes para a versão final utilizada.

Escala Global de Crenças no Mundo Justo (EGCMJ): A EGCMJ (Lipkus et al., 1996) avalia a crença no mundo justo global dos indivíduos. A medida foi adaptada para o contexto brasileiro (Gouveia et al., 2010), tendo sido encontrados parâmetros satisfatórios de confiabilidade ($\alpha = 0,71$), mostrando-se adequada para o uso em pesquisas científicas. A medida é unifatorial, sendo composta por sete itens que devem ser respondidos em uma escala Likert de 6 pontos em que maiores valores indicam maiores índices de CMJ Global. No presente estudo, o valor da consistência interna também foi satisfatório ($\alpha = 0,87$).

Escala Pessoal de Crenças no Mundo Justo (EPCMJ): A EPCMJ (Dalbert, 1999) foi adaptada para o contexto brasileiro por Modesto et al. (2017), tendo sido obtido Alfa de Cronbach de 0,83, também se mostrando adequada para o uso em pesquisas científicas. Assim como a EGCMJ, a medida é unifatorial e composta por sete itens, que devem ser respondidos em escala Likert de 6 pontos. Maiores valores na escala representam maiores índices de CMJ pessoal. Para este estudo, o Alfa de Cronbach da EPCMJ foi de 0,89.

PROCEDIMENTOS

Inicialmente, a pesquisa foi submetida ao comitê de ética comitê de ética do setor de saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, CAAE n. 19260819.9.0000.0023 e, após

aprovação do comitê, os questionários foram compartilhados por meio do *Google Forms* via e-mail, grupos de WhatsApp e outras redes sociais. Na plataforma do *Google Forms*, constou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e também as instruções de preenchimento do questionário. Logo após, foi apresentada a Escala de Atitudes Referentes à População Carcerária e as escalas Global e Pessoal de Crenças do Mundo Justo. A pesquisa ficou disponível para a resposta durante o mês de setembro no ano de 2019.

ANÁLISES DE DADOS

Para realização da Análise Fatorial Exploratória, optamos pelo software *Factor*. Foi utilizada uma matriz policórica e método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS). Para análise do número de fatores, foi realizada a Análise Paralela com permutação aleatória dos dados observados (Timmerman, & Lorenzo-Seva, 2011). Em relação aos índices de ajuste, foram analisados o Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA), Comparative Fit Index (CFI) e Tucker-Lewis Index (TLI). De acordo com a literatura (Brown, 2006), valores de RMSEA devem ser menores que 0,08, e valores de CFI devem ser acima de 0,90. Analisamos ainda os valores do *Explained Common Variance* (ECV) e do *Mean of Item Residual Absolute Loadings* (MIREAL) para checar a unidimensionalidade da escala, bem como a medida do Alfa de Cronbach para análise da confiabilidade.

Para o teste da influência da CMJ na atitude ante o cárcere, optamos pelo pacote estatístico IBM SPSS (*Statistics Package for the Social Science*, Versão 20.0). Foram conduzidos testes de regressão linear múltipla utilizando o método de entrada forçada, inserindo a Escala de Atitudes Referentes à População Carcerária como variável dependente e os seguintes fatores como variáveis independentes: escala pessoal e global da crença do mundo justo, idade e escolaridade.

RESULTADOS

Inicialmente procedeu-se com a análise factorial exploratória da escala de atitudes em relação às pessoas em cárcere. Por meio dos resultados do KMO (0,93) e do Teste de Esfericidade de Bartlett (χ^2 (630) = 4,653,10, $p < 0,001$), pode-se verificar os índices de ajuste fatorial da escala. A partir da Análise Paralela e dos valores de ECV (0,85) e MIREAL (0,21), conforme indicação do estudo original, foi possível identificar uma estrutura unifatorial que explicou 38,56% da variância total com cargas fatoriais variando entre 0,247 até 0,821, como pode ser observado na Tabela 1. Ressalta-se que o Item 2 foi excluído por ter sido o único a apresentar carga fatorial abaixo de 0,30.

Foi possível evidenciar que apenas o item 02 da escala, conforme mencionado, não obteve carga fatorial satisfatória (o critério estabelecido foi de 0,30) e, por conta disto, foi retirado da versão final do instrumento. A análise de consistência interna foi realizada por meio da análise do Alfa de Cronbach e o resultado indicou consistência interna satisfatória para escala ($\alpha = 0,95$). Adicionalmente, os índices de ajuste CFI e RMSEA também se mostraram adequados.

Em seguida, conforme recomendado pelos autores originais do instrumento, procedeu-se ao cálculo do índice geral das atitudes em relação às pessoas em situação de cárcere. Foi feito a soma de todos os itens e subtraído a constância de 35, levando em consideração que um dos itens foi excluído. A faixa potencial de pontuação varia de 0 a 140, considera-se que a faixa média de pontuação é de 70, tendo sido encontrado o valor médio de 88,05 ($DP = 20,21$). Nesse sentido, os resultados indicam que, de modo geral, há uma atitude ligeiramente positiva a respeito da população carcerária na amostra investigada.

Adicionalmente, foi conduzida uma regressão múltipla (método de entrada forçada) com a CMJ pessoal (por meio da EPCMJ), a CMJ global (por meio da EGCMJ), escolaridade e idade, com o intuito de analisar o efeito preditor destas em relação à atitude para com as pessoas em situação de cárcere, conforme pode ser observado na Tabela 2.

É possível observar que apenas a CMJ pessoal e escolaridade foram preditores significativos da atitude. Conforme pode ser visualizado na Tabela 2, verifica-se uma relação negativa entre a CMJ pessoal e as atitudes. Em relação à escolaridade, verificou-se uma relação positiva com as atitudes no que diz respeito às pessoas em cárcere. Nesse sentido, maiores índices de escolaridade podem favorecer atitudes mais positivas em relação à população carcerária. Por outro lado, maiores índices da crença no mundo justo pessoal podem contribuir com atitudes mais negativas para com as pessoas em cárcere.

Foi testada também a diferença entre as atitudes dos indivíduos que já tiveram contato com o sistema carcerário ou já foram presos e os indivíduos que nunca tiveram contato ou foram presos, com o intuito de comparar as duas amostras. Após a realização dessa análise, não foram encontradas diferenças significativas, no que se refere às atitudes, entre os indivíduos que já tiveram ou não algum contato com o sistema carcerário, F (1,416) = 0,05, $p = 0,828$. Optamos por não conduzir comparações de gênero por conta de uma distribuição desigual dos participantes nessa categoria.

Tabela 1. Estrutura Fatorial da Escala de Atitudes

Itens	Carga Fatorial
1. Presidiários(as) são diferentes da maioria das pessoas.	,494
2. Apenas alguns presidiários(as) são realmente perigosos.	,247
3. Presidiários(as) nunca mudam.	,721
4. A maioria dos(as) presidiários(as) são vítimas das circunstâncias e merecem ser ajudados.	,428
5. Presidiários(as) tem sentimentos, assim como o resto de nós.	,666
6. Não é seguro confiar em presidiários(as).	,617
7. Eu penso que iria gostar de muitos dos(as) presidiários(as).	,607
8. As más condições da prisão apenas fazem os(as) presidiários(as) pessoas mais amargas.	,484
9. Dê uma mão a um(a) presidiário(a), e ele vai querer o braço.	,610
10. A maioria dos(as) presidiários(as) são burros.	,462
11. Presidiários(as) precisam de atenção e afeto como qualquer outra pessoa.	,748
12. Não deveria se esperar muito de um(a) presidiário(as).	,773
13. Tentar reabilitar presidiários(as) é uma perda de tempo e dinheiro.	,779
14. Nunca se sabe quando um(a) presidiário(a) está falando a verdade	,674
15. Presidiários(as) não são piores e nem melhores do que ninguém.	,587
16. Deve-se estar constantemente em alerta com presidiários(as).	,626
17. No geral, presidiários(as) pensam de acordo com o que fazem.	,485
18. Se você respeitar um(a) presidiário(a), ele(a) o respeitará.	,532
19. Presidiários(as) só pensam sobre si mesmos.	,712
20. Confiaria em alguns presidiários(as) com a minha vida.	,497
21. Presidiários(as) escutam a racionalidade.	,329
22. A maioria dos(a) presidiários(as) é muito preguiçosa para conseguir uma vida honesta.	,715
23. Eu não me importaria viver na casa ao lado de um(a) ex-presidiário(a).	,545
24. Presidiários são apenas maus em essência.	,590
25. Presidiários estão sempre tentando tirar algo de alguém.	,821
26. Os valores de pessoas que foram presas são basicamente os mesmos que os nossos.	,478
27. Eu nunca gostaria que um dos meus filhos namorasse com um(a) ex-presidiário(a).	,526
28. A maioria dos(as) presidiários(as) tem a capacidade de amar.	,698
29. Presidiários(as) são basicamente amorais.	,504
30. Presidiários(as) devem estar sempre sob restrita disciplina.	,714
31. No geral, presidiários(as) são basicamente pessoas más.	,802
32. A maioria dos presidiários(as) podem ser reabilitados.	,747
33. Alguns presidiários(as) são pessoas do bem.	,640
34. Eu gostaria de associar-me a alguns presidiários(as).	,588
35. Presidiários(as) apenas respeitam a força bruta.	,706
36. Se uma pessoa é bem comportada na prisão, deveria ser solta em liberdade condicional.	,430
Valor próprio (eigenvalue)	13,88
Variância explicada	38,56
Alfa de Crobach	0,95
RMSEA	0,048
CFI	0,982

Tabela 2. Resultados da Regressão Linear dos Preditores da Atitude referente à População Carcerária

Variáveis	Parâmetros do modelo
CMJ Global – EGCMJ	$\beta = 0,07, p = 0,140$
CMJ Pessoal – EPCMJ	$\beta = -0,12, p = 0,013$
Escolaridade	$\beta = 0,17, p = 0,001$
Idade	$\beta = -0,06, p = 0,249$

Variável predita: Atitude em relação às pessoas em situação de cárcere. R^2 ajustado = 0,037

DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo principal estimar a magnitude da influência das crenças no mundo justo nas atitudes para com as pessoas em situação de cárcere e como objetivo específico apresentar evidências de validade da escala de atitudes em relação à população carcerária no contexto brasileiro.

Sobre a adaptação da escala, verificou-se que que mais de 30% da variância total do construto é explicada por meio de uma escala unifatorial, resultado semelhante ao do estudo original de validação (Melvin et al., 1985) e de outras pesquisas já realizadas que utilizaram a medida (Ortet-Fabregat et al., 1993). Observou-se também índices satisfatórios de consistência interna da escala por meio do Alfa de Cronbach, bem como adequados índices de ajuste do modelo (*RMSEA* e *CFI*). Esses dados demonstram que a escala possui evidências de validade e pode ser utilizada em investigações futuras, apesar do percentual de variância explicada não ter sido elevado.

A pontuação média a respeito das atitudes indica que, de maneira geral, a amostra da pesquisa possui uma atitude ligeiramente mais positiva em relação às pessoas em situação de cárcere. A predisposição atitudinal dos indivíduos influencia na forma como ações podem ser feitas em relação a esse público, desde negação de emprego e exclusão social até níveis mais institucionais, como aprovação de propostas de leis e direcionamento de verbas. Esse entendimento se assenta na Teoria do Comportamento Planejado, em que as atitudes seriam um dos aspectos que influenciam as intenções comportamentais e consequentemente os comportamentos (Heidemann et al., 2012). Os resultados indicam, pelo menos no que se refere à amostra da pesquisa, uma perspectiva mais amistosa, mais aberta para a reinserção social, tendo em vista as atitudes mais positivas.

Sobre a relação entre CMJ e atitude, a hipótese postulada foi que maiores índices de CMJ poderiam influenciar negativamente as atitudes dos indivíduos relativamente à população carcerária. Nesse sentido, a hipótese de pesquisa foi parcialmente confirmada, já que se pode observar a influência da dimensão pessoal da CMJ, mas não da dimensão global. Por meio da análise de regressão linear, foi evidenciado que maiores índices de CMJ pessoal contribuem com uma atitude mais negativa em relação às pessoas em situação de cárcere.

A CMJ é uma variável que ajuda a compreender a percepção de justiça diante dos demais indivíduos e de modo autorreferente. O efeito exclusivo da dimensão pessoal da CMJ pode indicar que o indivíduo toma como base a si mesmo para delimitar a coerência do que acontece aos demais, no que se refere ao contexto do cárcere. Nesse sentido, o peso da percepção de justiça em relação a si mesmo é o mais relevante na atitude, como se o indivíduo se tomasse como referência para julgar se o que acontece com o outro é justo ou não. Essa avaliação autorreferente acaba impactando na avaliação que fazemos em relação aos que estão no cárcere. Isso pode ser interpretado como um mecanismo irracional de manutenção da CMJ, o que corrobora a ideia de que a população carcerária é percebida como fora do escopo da justiça (Lima-Nunes, Correia, et al., 2013; Lima-Nunes, Pereira, et al., 2013) para aqueles que endossam a CMJ.

Ressalta-se que, tradicionalmente na literatura de CMJ, tem-se que a dimensão Global da CMJ se relaciona a atitudes negativas a diferentes grupos, a exemplo das atitudes negativas em relação a pobres, a negros, a pessoas com deficiência e a pessoas marginalizadas (Barbosa, 2015; Bizer et al., 2012; Ebnet et al., 2011; Hafer & Sutton, 2016; Keller & Siegrist, 2010; Modesto & Pilati 2017). Mas, no presente estudo, a CMJ Global não teve impacto nas atitudes negativas no que concerne às pessoas em cárcere. Esse é um elemento distinto adiante da literatura internacional. Pode ser que a CMJ Global não exerça um impacto sobre essa categoria específica (pessoas em situação de cárcere) ou pode ser uma característica do cenário brasileiro (variabilidade transcultural da CMJ). Chama atenção que, em um estudo transcultural sobre a influência da CMJ na percepção de corrupção (Modesto et al., 2020), apenas no Brasil houve efeito da dimensão pessoal da CMJ (se comparado aos Estados Unidos e Holanda). Novos estudos podem explorar melhor essa variabilidade transcultural do construto.

Verificou-se ainda que, para a amostra estudada, um maior nível de escolaridade favorece uma atitude mais positiva no que diz respeito às pessoas em cárcere, indicando que, quanto maior o nível de escolaridade, mais positivas podem ser as atitudes em relação às pessoas em cárcere. Esse dado

aponta o impacto positivo que o nível de instrução pode ter na conscientização e atitudes dos indivíduos a respeito da temática do sistema carcerário. Segundo Park (2009), as atitudes das pessoas referentes à população carcerária são influenciadas por alguns fatores e as crenças e a escolaridade são fatores que estão entre os mais significativos. Essa constatação também é encontrada nos estudos relacionados à temática de atitudes de modo geral (Porto, 2010).

Este estudo, entretanto, não é isento de limitações. A primeira delas diz respeito à utilização da Teoria do Comportamento Planejado (TCP), tendo em vista que, na presente pesquisa, não foram analisados todos os componentes da TCP. Dessa forma, pesquisas futuras podem analisar a norma subjetiva e grau de controle comportamental para melhor compreensão da atitude relativamente às pessoas em cárcere. Outra limitação diz respeito à composição da amostra, em que a maioria dos participantes residiam no Distrito Federal, bem como o número elevado de pessoas com contato com o cárcere e escolaridade elevada. Em conjunto, o perfil da amostra não permite indicar validade do instrumento para o contexto brasileiro como um todo. Nesse sentido, pesquisas futuras podem apresentar evidências de validade da escala para o contexto brasileiro com uma amostra representativa da população. Por fim, um aspecto que precisa ser levado em consideração a respeito dos resultados observados na pesquisa diz respeito à desejabilidade social das respostas, pois os participantes podem ter respondido o instrumento tendo como base um gerenciamento de impressão, com o intuito de evitar uma possível desaprovação social. Por conta disso é que pesquisas futuras podem se beneficiar de métodos de investigação que visem diminuir esse possível viés de resposta, utilizando, por exemplo, medidas de desejabilidade social (Gouveia et al., 2009) para o controle de seu efeito no padrão de resposta da escala de atitude.

Apesar das limitações, acreditamos que o presente estudo possui contribuições. Levando em consideração a precariedade do sistema carcerário e suas dificuldades em alcançar os objetivos estabelecidos, evidenciar fatores que têm impacto na perpetuação da lógica de exclusão social relativamente a indivíduos que estão ou estiveram em conflito com a lei é relevante para embasar o desenvolvimento de estratégias de intervenção, sendo que a atitude das pessoas é um desses fatores (Kjelsberg et al., 2007; Melvin et al., 1985). Na presente pesquisa, apresentamos evidências de validade de uma medida de atitude que pode ser usada em pesquisas futuras, contribuindo com a melhor compreensão do fenômeno. Além de apresentar evidências da medida, identificamos que a CMJ e a escolaridade são variáveis relevantes para o entendimento das atitudes.

Em uma dimensão aplicada, tais achados indicam que instruir os indivíduos é um investimento que pode mudar a perspectiva negativa que predomina no seio social e, assim, propiciar um ambiente mais favorável que proporcione condições de reintegração e reinserção social das pessoas que estão ou estiveram em conflito com a lei.

DECLARAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue:

T.A.O. e J.G.M. contribuíram para a conceitualização, investigação e visualização do artigo; T.A.O e J.G.M. foram responsáveis pela obtenção de financiamento; T.A.O. fez a redação inicial do artigo (rascunho) e T.A.O. e J.G.M. são os responsáveis pela redação final (revisão e edição).

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada pelos próprios autores.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (1991). Sistema penitenciário no Brasil - Problemas e desafios. *Revista Usp*, (9), 65-78. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p65-78>
- Ajzen, I. (1985). From intentions to actions: A theory of planned behavior. In J. Kuhl & J. Beckmann (Eds), *Action control* (pp. 11-39). Springer-Verlag Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-69746-3_2
- Allport, G. (1954). *The Nature of Prejudice*. Addison-Wesley.
- Alvim, S. C., & de Oliveira, L. F. (2014). A eficácia da progressão de regime no sistema penal brasileiro diante das normas e políticas públicas de ressocialização. *Científic@-Multidisciplinary Journal*, 1(2), 16-35. <https://doi.org/10.29247/2358-260X.2014v1i2>
- Argôlo, Caroline. (2015). *Sistema penitenciário atual: incompatibilidade com a lei de execução penal*. Jus.com.br.<https://jus.com.br/artigos/41175/sistema-penitenciario-atual-incompatibilidade-com-a-lei-de-execucao-penal>.

- Assis, R. D. D. (2008). A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, (39), 74-78. <https://revistacej.cjf.jus.br/revcej/article/view/949>.
- Barbosa, L. H. G. M. (2015). *Explicando a disposição para perdoar: O papel dos valores humanos e das crenças no mundo justo/injusto*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7565>.
- Bègue, L., & Bastounis, M. (2003). Two spheres of belief in justice: extensive support for the bidimensional model of belief in a just world. *Journal of Personality*, 71(3), 435–63. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12762422>
- Bittencourt, R. N. (2017). A miséria penitenciária e a estratégia política de desumanização do apenado. *Revista Espaço Acadêmico*, 16(190), 75-89. <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/35653>
- Bizer, G. Y., Hart, J., & Jekogian, A. M. (2012). Belief in a just world and social dominance orientation: Evidence for a mediational pathway predicting negative attitudes and discrimination against individuals with mental illness. *Personality and Individual Differences*, 52, 428–432. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.11.002>
- Brasil. Ministério da Justiça. (2017). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>.
- Brown, T. A. (2006). *Confirmatory factor analysis for applied research*. The Guilford Press.
- Correia, I. F. (2000). A teoria da crença no mundo justo e a victimização secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos. *Psicologia*, 14(2), 253-283. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v14i2.514>
- Dalbert, C. (1999). The world is more just for me than generally: about the personal belief in a just world scale's validity. *Social Justice Research*, 12(2), 79–98. <https://doi.org/10.1023/A:1022091609047>
- Ebneter, D. S., Latner, J. D., & O'Brien, K. S. (2011). Just world beliefs, causal beliefs, and acquaintance: Associations with stigma toward eating disorders and obesity. *Personality and Individual Differences*, 51, 618–622 <https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.05.029>
- Gouveia, V. V., Guerra, V. M., de Sousa, D. M. F., Santos, W. S., & de Mesquita Costa, J. (2009). Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne: evidências de sua validade fatorial e consistência interna. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 87-98.
- Gouveia, V. V., Pimentel, C. E., Coelho, J. A. P. de M., Maynart, V. A. P., & Mendonça, T. dos S. (2010). Validade fatorial confirmatória e consistência interna da Escala Global de Crenças no Mundo Justo – GJWS. *Interação Em Psicologia*, 14(1), 21-29. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v14i1.12687>
- Hafer, C. L. (2000a). Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified Stroop Task. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(2), 165–173. <https://doi.org/10.1037/AW22-3514.79.2.165>
- Hafer, C. L. (2000b). Investment in Long-Term Goals and Commitment to Just Means Drive the Need to Believe in a Just World. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(9), 1059–1073. <https://doi.org/10.1177/01461672002611004>
- Hafer, C. L., & Rubel, A. N. (2015). The Why and How of Defending Belief in a Just World. *Advances in Experimental Social Psychology* (51). Elsevier Inc. <https://doi.org/10.1016/bs.aesp.2014.09.001>
- Hafer, C. L., & Sutton, R. (2016). Belief in a just world. In C. Sabbagh & M. Shmitt (Eds.), *Handbook of social justice theory and research* (pp. 145-160). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0_8
- Hambleton, R. K., Zenisky, A. L. (2011). Translating and adapting tests for cross-cultural assessments. In D., Matsumoto & E J. R. van de Vijver (Eds.), *Cross-cultural research methods in psychology* (pp. 46-70). Cambridge University Press.
- Heidemann, A. L., Araujo, S. I., & Veit, E. A. (2012). Um referencial teórico-metodológico para o desenvolvimento de pesquisas sobre atitude: a Teoria do Comportamento Planejado de Icek Ajzen. *Revista electrónica de investigación en educación en ciencias*, 7(1). <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273323593003>
- Keller, C., & Siegrist, M. (2010). Psychological resources and attitudes toward people with physical disabilities. *Journal of Applied Social Psychology*, 40, 389–401. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2009.00579.x>
- Kjelsberg, E., Skoglund, T. H., & Rustad, A. B. (2007). Attitudes towards prisoners, as reported by prison inmates, prison employees and college students. *BMC Public Health*, 7(1), 71. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-7-71>
- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Publishing Corporation. <https://doi.org/10.1007/978-1-4899-0448-5>
- Lerner, M. J., & Goldberg, J. H. (1999). When do decent people blame victims? The differing effects of the explicit\rational and implicit\experiential cognitive systems. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology* (pp. 627–640). Guilford.
- Lima-Nunes, A., Correia, I., & Pereira, C. R. (2013). Justice seems not to be for all: Exploring the scope of justice. *In-Mind Magazine*, (17), 1–11. <http://beta.in-mind.org/issue-17/justice-seems-not-be-all-exploring-scope-justice>
- Lima Nunes, A., Pereira, C. R., & Correia, I. (2013). Restricting the scope of justice to justify discrimination: The role played by justice perceptions in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 43(7), 627–636. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1981>

- Lipkus, I. M., Dalbert, C., & Siegler, I. C. (1996). The importance of distinguishing the Belief in a Just World for self versus for others: Implications for psychological well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(7), 666–677. <https://doi.org/10.1177/0146167296227002>
- Melvin, K., Gramling, L., & Gardner, W. (1985). A scale to measure attitudes toward prisoners. *Criminal Justice and Behavior*, 12(2), 241–253. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-7-71>
- Modesto, J. G. N., & Pilati, R. (2015). Implicit Deservingness: Implicit Association Test for Belief in a Just World. *Interamerican Journal of Psychology*, 49(2), 203–212. <https://www.redalyc.org/pdf/284/28446019006.pdf>
- Modesto, J. G., Figueiredo, V., Gama, G., Rodrigues, M., & Pilati, R. (2017). Escala pessoal de crenças no mundo justo: adaptação e evidências de validade. *Psico-USF*, 22(1), 13–22. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712017220102>
- Modesto, J. G., & Pilati, R. (2017). "Nem todas as vítimas importam": crenças no mundo justo, relações intergrupais e responsabilização de vítimas. *Temas em Psicologia*, 25(2), 763–774. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2017.2-18Pt>
- Moutinho, K., & Roazzi, A. (2010). As teorias da ação racional e da ação planejada: Relações entre intenções e comportamentos. *Avaliação Psicológica*, 9(2), 279–287. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000200012&lng=pt&tlang=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000200012&lng=pt). Recuperado em 28 de maio de 2019 http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712010000200012&lng=pt&tlang=pt.
- Modesto, J. G., Keller, V. N., Saraiva, R. B., & Pilati, R. (2020). Belief in a corrupt world: A cross-cultural mediation model of beliefs about justice, punishment, and corruption. *Personality and Individual Differences*, 164, 110127. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2020.110127>
- Ortet-Fabregat, G., Perez, J., & Lewis, R. (1993). Measuring attitudes toward prisoners: A psychometric assessment. *Criminal Justice and Behavior*, 20(2), 190–198. <https://doi.org/10.1177/0093854893020002006>
- Park, S. (2010). *College students' attitudes toward prisoners and prisoner reentry*. (Unpublished doctoral dissertation), Indiana University of Pennsylvania.
- Penha, G. S. (2018) *Sistema penitenciário brasileiro: escola de reincidentes*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF. <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.590720&seo=1>
- Porto, R. B. (2010). Atitude do consumidor: estrutura dos modelos teóricos. *Revista Brasileira de Marketing*, 9(2), 41–58. <http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/2145>
- Ramos, A. D. C. (2017). *Processo internacional de direitos humanos*. Saraiva.
- Sahlstrom, K. J., & Jeglic, E. L. (2008). Factors affecting attitudes toward juvenile sex offenders. *Journal of Child Sexual Abuse*, 17(2), 180–196. <https://doi.org/10.1080/10538710801916705>
- Silva, V. A. (2009). *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. Malheiros.
- Sutton, R. M., & Winnard, E. J. (2007). Looking ahead through lenses of justice: The relevance of just-world beliefs to intentions and confidence in the future. *The British Journal of Social Psychology / the British Psychological Society*, 46(3), 649–666. <https://doi.org/10.1348/014466606X166220>
- Testé, B., & Perrin, S. (2013). The impact of endorsing the belief in a just world on social judgments: The social utility and social desirability of Just-World Beliefs for self and others. *Social Psychology*, 44(3), 209–218. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000105>
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality Assessment of Ordered Polytomous Items with Parallel Analysis. *Psychological Methods*, 16, 209–220. <http://doi.org/10.1037/a0023353>
- Valente, R. D. A. (2018). *Guerra de classe e "segurança pública": sobre as conexões estruturais entre a organização política da violência e a ordenação das relações produtivas no Brasil contemporâneo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas.
- Wachelke, J., Cunha, G. O., Matos, F. R., Costa, R. R. L., Rodrigues, L. B., & Ferreira, G. C. S. (2017). *Relatórios de Pesquisa do Laboratório de Ideologia e Percepção Social – Eclipse: Crenças no Mundo Justo e Injusto* (Série PERSEU-2013 – N. 2) [relatório de pesquisa]. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19862>

Data de submissão: 15/01/2020
 Primeira decisão editorial: 28/09/2020
 Aceite em: 15/12/2020